

Ata da V Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2023

ATA CTJ N°	08/2023
Título	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
Local	Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM
Data	26/10/2023
Horário	10:00 às 13:00

Participantes:

Nome	Instituição	Função
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves	TJCE	Desembargadora
Dr. Raimundo Lucena Neto	TJCE	Juiz da 5ª Vara do Júri
Dra. Márcia Lopes	MPCE	Promotora de Justiça
Dr. Victor Montenegro	DPCE	Defensoria Pública
Dr. Danilo Rafanelle	PCCE	Delegado
Dr. Júlio César Nogueira Torres	PEFOCE	Perícia Criminal
Rafael dos Santos Sousa	ViceGov	Vice Governadoria
Karlos Raphael Bezerra	ViceGov	Vice Governadoria
José Ivo de F. Lima	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Carla Ponte	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
Aline Fernandes	ViceGov	Assistente Administrativo do Tempo de Justiça
Jordana Portela	ViceGov	Assistente Administrativo do Tempo de Justiça
Gustavo Pereira	TJCE	SETIN TJCE
José Diego Nunes Xavier	SEPLAG	Gerente
Socorro Gomes	TJCE	5ª Vara do Júri



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Encaminhamentos:

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e dos convidados acima listados.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ressaltou a importância da colaboração de todos os parceiros para o bom desempenho do Programa, haja vista a necessidade de acompanhamento diuturno dos prazos processuais.

Posteriormente, a Desembargadora Ângela destacou a relevância do mês de novembro, por se tratar do mês do júri, enfatizando a necessidade do esforço dos magistrados, servidores, membros do Ministério Público e Defensoria Pública, em razão da grande quantidade de sessões que irão ocorrer.

Em seguida, apresentou a ata da reunião anterior, já encaminhada via Whatsapp, para a aprovação dos presentes, o que foi feito. Em face da aprovação da ata, a Des. Ângela passou a elencar os compromissos firmados na reunião anterior para que os responsáveis se manifestassem.

A priori, Des. Ângela evidenciou a importância do envolvimento da Defensoria e do Ministério Público no programa, sugerindo, inclusive, que fossem realizadas reuniões nos órgãos, com os servidores mais envolvidos no júri, para explicar o programa com mais detalhe e ressaltar o foco nos casos de feminicídio.

Logo após, a Dra. Márcia informou que é fato que a atuação perante as Varas do Juri é muito desgastante, mas o Ministério Público irá se empenhar para atender as necessidades das Unidades Judiciárias, tendo em vista o aumento da demanda. Em seguida, o Dr. Lucena registrou que os promotores da 5ª vara do júri são muito solícitos e diligentes.

Foi colocado na reunião a necessidade de um entendimento da TI do tribunal de justiça e da vice governadoria para identificar as inconsistências do painel e uma coleta de dados do relatório, e a necessidade, se for o caso, de definição de fluxo.

A Des. Ângela propôs que a partir das próximas reuniões do Comitê, estivesse presente alguém da TI do Ministério Público, para instituição ser mais inclusiva, sendo sugerido o servidor Glaydson, o que foi acatado pela Dra. Márcia.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Ficou estabelecido como demanda, fazer reuniões mensais com as TI's do tribunal, da vice governadoria, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da polícia civil, de preferência antes da reunião mensal do Comitê.

O Dr. Danilo comunicou que a ocorrência de inconsistências no painel se deve também ao fato de que o painel mostra o prazo legal do inquérito, por exemplo, mas muitas vezes, no caso em concreto, há dilação de prazo, e essa informação não é puxada para o painel, havendo incongruência de onde, de fato, está o processo. Acerca dessas inconsistências, a Dra. Márcia explicou que muitos promotores pararam de utilizar o painel, porque as informações não são fidedignas e não há como esses servidores modificarem.

Karlos Raphael informou que focou nesses últimos dois meses para a conclusão da construção do painel, porém a equipe não está completa, por tal razão estão com 80% do painel concluído.

Após a Desa. Ângela perguntou qual a diferença entre os painéis (antigo e novo), e o Rafael informou que o novo está mais didático com os prazos e com a interface diferente.

A Desa. Ângela pediu que o painel tivesse pronto na próxima reunião, com apresentação do mesmo, com os dados completos e atualizados. Na oportunidade, ficou consignado que houvesse uma reunião entre as TI's dos órgãos no dia 01/11/2023 às 10h, e das TI's com os diretores das secretarias, no dia 07/11/2023, às 10h.

Ato seguido, a Desembargadora Ângela comunicou a todos que a tarja do Tempo de Justiça já estava disponível e que confeccionou o ofício circular solicitando sua aplicação em todos os processos de homicídio com autoria esclarecida datados a partir de julho de 2023, que ficou como compromisso na semana passada.

Dando continuidade aos trabalhos, a Desa. Ângela expôs um resumo da quantidade dos feminicídios em cada vara do júri de Fortaleza, dando ênfase nos casos ocorridos em 2023, para que conseguisse julgá-los dentro do prazo estabelecido no projeto.

A Dra. Márcia explicou que tem alguns casos que falta citação, porque está esperando edital, suspendendo os processos e, nesses casos, sugeriu que os processos saíssem do acompanhamento do tempo de justiça.

Logo após, a Desa. Ângela pediu para a servidora Aline explicar todos os casos das 5 varas do júri, para pontuar o precisava fazer em cada caso, o que foi acolhido pela servidora.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Dando continuidade aos trabalhos, a Des. Ângela questionou ao Dr. Victor Montenegro sobre a demanda da reunião passada, para que fossem adotadas providências para a Defensoria Pública atuar conjuntamente ao grupo de Juízes que foi criado. O Dr. Victor comunicou que seriam disponibilizados 2 defensores a mais para participação do júri, assim como seriam disponibilizados para o mês do júri.

Ato seguido, a Des. Ângela cobrou resposta do Ministério Público e da Defensoria Pública, com indicação do nome dos usuários que terão acesso ao novo painel do Tempo de Justiça, sendo informado que já foram entregues.

Empós, Gustavo Pereira informou que criaria o grupo no Microsoft Teams, para os servidores da SEPLAG poderem tratar essas inconsistências encontradas, em parceria com um grupo que poderia ser composto por Diretores de Secretaria, Assistentes, servidores da SETIN e da SEPLAG. A servidora Carla ficou de coletar os dados das secretarias das varas para repassar.

O Paulo Ítalo deixou o comunicado que as servidoras foram apresentadas, através de ofícios, para o delegado geral e para as varas do interior, para que fossem feito o acompanhamento de cada feminicídio ocorrido em 2023. Ademais, ficou consignado que irá fazer um boletim de notícias para dar publicidade ao projeto.

O Dr. Danilo sugeriu que, quando for apresentar o painel, fosse mandado anteriormente para os demais órgãos, para conferirem os dados e já mostrarem na reunião, caso haja alguma inconsistência do painel com a realidade dos órgãos.

A Dra. Márcia sugeriu que fosse realizada a reunião primeiramente do comitê para apresentação do painel e, após verificação que o painel não contém inconsistências, apresentar para os demais servidores que utilizarão.

O Dr. Júlio César informou que a PEFOCE realizará o segundo *workshop* no SEBRAE, e no dia 01/11/2023 haverá uma palestra, com um painel sobre o Programa Tempo de Justiça, que contará com presença da vice governadora, e que todos os órgãos estavam convidados para apresentarem como funciona sua atuação no projeto.

A Desa. Ângela afirmou que poderia apresentar os números dos casos de 2023 e como estão sendo encaminhados. Após, o Dr. Júlio disse que apresentará a quantidade de laudos que foram realizados e disponibilizados. A Dra. Márcia concordou que deveria fazer um esboço de como o programa começou e mostrar como modificou o trabalho dos promotores, com o intuito de fazer cumprir os prazos do programa. E ainda, o Karlos Raphael falou que poderia pontuar a importância do sistema, de como foi criado e como eles ajudavam na obtenção da meta.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Após, a Des. Ângela confirmou que as unidades do Júri estão recebendo as planilhas semanais dos processos inclusos no Tempo de Justiça e, ainda, pediu uma lista dos feminicídios de 2023 da polícia civil para que fosse feita uma comparação dos casos, com a planilha que os servidores do programa trabalham.

A Des. Ângela informou que a meta do atual ciclo do Programa Tempo de Justiça será também dar uma especial atenção aos feminicídios, a fim de que os mesmos possam ser julgados dentro do prazo de 400 dias, convergindo com o pedido do TJCE em priorizar as metas 4, 8 e 10 do CNJ.

Nesse momento, a Des. Ângela destacou que o Tempo de Justiça Mulher será o cartão de visitas do Tempo de Justiça e ainda servirá para impulsionar o cumprimento da Meta 8 do CNJ por parte do TJCE.

A Desembargadora Ângela pediu a colaboração de todos os presentes e de suas respectivas instituições para tentar entregar todos os processos de feminicídios julgados ao final dos 400 dias, iniciados em julho de 2023.

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reforçou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, na sala da ACM, no Fórum Clóvis Beviláqua. Agradeceu a presença e empenho de todos, destacou a importância do programa.

COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Karlos Raphael e Rafael apresentarão a versão do painel na próxima reunião	Karlos Raphael e Rafael
02	Reunião 01/11/2023 das TI's	Karlos Raphael, Rafael e Gustavo
03	Reunião 07/11/2023 das TI's com diretores de vara	Karlos Raphael, Rafael e Gustavo
04	Entrega de planilha com o andamento dos processos para facilitar o planejamento semanal das Varas do Júri.	Carla e Ivo
05	Criação de grupos no Microsoft Teams específicos com os servidores da SEPLAG para poder tratar essas inconsistências. O grupo poderia ser composto por Diretores de Secretaria, Assistentes, servidores da SETIN e da SEPLAG. Gustavo se comprometeu em criar o grupo, pedindo que seja repassado o nome das pessoas a serem adicionadas.	Gustavo
06	Reunir as informações necessárias com os diretores das varas para que sejam adicionados no grupo no Microsoft Teams	Carla Ponte
07	Apresentação dos dados sobre feminicídio das 5 Varas do Júri e Município	Aline e Jordana
08	Apresentação de uma proposta concreta para divulgação do Programa Tempo de Justiça	Paulo Ítalo
09	Acompanhamento diário do andamento através da atualização de histórico de partes dos processos com a tarja do tempo de justiça, bem como cautelares e feminicídio.	Carla e Ivo
10	Envio de ofício com a lista de inqueritos enviados à justiça para apurar homicídios com autoria identificada no mês anterior.	Dr. Danilo Rafanelle



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 12h30min, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **30 de novembro de 2023, quinta-feira, as 10h00min, na Sala da Associação Cearense dos Magistrados - ACM.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.